

“As seguradoras podem perder a razão de existir, se a prática de eliminar do mapa de subscrição zonas de elevados riscos climáticos avançar no mercado global”

A declaração é da presidente da Autoridade de Supervisão dos Seguros Pensões Complementares de Reforma (EIOPA), Petra Hielkema.

Presidente da Autoridade de Supervisão dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA), Hielkema destacou a necessidade urgente de uma resposta coordenada aos crescentes danos causados por eventos climáticos. Em recente declaração, ela enfatizou a importância de uma força-tarefa composta por seguradoras, resseguradoras, empresas, Estados-membros da União Europeia e a sociedade civil para enfrentar os desafios impostos por tais eventos.

Medidas propostas para mitigar danos de catástrofes naturais

Hielkema sugeriu medidas emergenciais para fortalecer a resiliência contra catástrofes naturais:

- **Reforço das construções:** implementação de normas mais rígidas para tornar as edificações mais resistentes a condições climáticas extremas
- **Regimes de partilha de risco:** estabelecimento de sistemas nacionais e europeus para a partilha dos riscos climáticos, aumentando a capacidade de resposta a desastres
- **Restrições de construção:** proibição de novas edificações em áreas historicamente vulneráveis a desastres naturais

Desafios com os prêmios de seguro de eventos climáticos

A presidente da EIOPA também discutiu o aumento substancial dos prêmios de seguro devido à maior frequência e severidade dos eventos climáticos. Ela alertou para a possibilidade de áreas de alto risco serem eventualmente excluídas das coberturas de seguro, o que poderia minar a confiança no mercado.

Crescimento das perdas econômicas com os eventos climáticos

Os dados revelam que as perdas econômicas causadas por catástrofes naturais triplicaram nas últimas duas décadas, com médias anuais recentes em torno de 50 bilhões de euros. Apenas uma fração dessas perdas é atualmente coberta por seguros, deixando uma carga significativa sobre os governos.

Papel das parcerias público-privadas para compartilhar os custos de danos catastróficos

Hielkema mencionou que os governos estão cada vez mais receptivos a parcerias público-privadas (PPP) para compartilhar os custos de danos catastróficos. Essas parcerias podem incluir estruturas para mutualizar os riscos entre o setor público e o privado.

Incentivo a investidores na compra de títulos de catástrofe

Outra estratégia abordada por Hielkema é incentivar os investidores a se envolverem na compra de títulos de catástrofe e títulos vinculados a seguros (Insurance-Linked Securities - ILS), como uma maneira de distribuir os riscos associados a catástrofes naturais.

Este conjunto de estratégias propostas por Petra Hielkema visa não apenas mitigar os efeitos dos eventos climáticos severos, mas também garantir que o sistema de seguros possa continuar a oferecer suporte eficaz em momentos de necessidade.

Fonte: CNseg, em 03.05.2024